

A ABMCJ está realizando sua terceira edição do Destaque Jurídico do ano. Como nas edições anteriores, é nosso propósito homenagear aqueles profissionais do direito que se distinguiram com competência e brilho em seu trabalho, promovendo o respeito e a projeção de toda a classe, no cenário político e social nos anos de 2000 e 2001.

Queremos enfatizar, que apesar de ser a ABMCJ uma entidade representativa das mulheres de carreira jurídica, não existe distinção quando se trata de profissionalismo.

O judiciário, através dos seus destaques, está aqui muito bem representado em todos os seus seguimentos o que é motivo de orgulho para todos nós. E foi com pertinente avaliação, observação e pesquisa durante vários meses, que outorgamos essa justa homenagem àqueles que realmente fizeram por merecer.

Hoje, portanto, a ABMCJ se sente gratificada em estar ampliando a galeria dos próceres do judiciário.

Senhores homenageados!

Reconhecemos o exemplo que emana de sua abnegação ao judiciário e que, juntos representam uma grande força refletindo a manifestação de uma inteligência coletiva prestando relevantes serviços à sociedade.

Temos plena consciência que o profissional do direito trilha um caminho por vezes árduo no exercício de sua profissão e a expectativa da sociedade cobrando resultados, torna nossa atividade muitas das vezes incompreendida.

Mas temos uma cumplicidade com a Lei e ao sermos cobrados em praticar a justa manifestação do direito, nos tornamos mais responsáveis e isso

é fascinante além de um estímulo para prosseguirmos em nossa luta.

Eu disse "manifestação do direito" e não a aplicação do direito. Porque nossas leis estão estagnadas, ultrapassadas, necessitando de uma ampla revisão, para que, atualizadas e modernizadas, possamos ter mais agilidade no exercício do direito em toda a sua plenitude, por isso, devemos canalizar nossas forças, para atingirmos objetivos comuns.

E, uma de nossas bandeiras é lutar pela reforma do judiciário e combater as tão ardilosas e odiosas brechas -da- lei.

Somos assim, cumpridores da lei.

Nós apenas fazemos cumprir as leis. E, o que muito nos preocupa , é saber quem são, o que pensam e a formação moral e intelectual dos homens que elaboram as leis .

Em recente episódio ocorrido em Uberlândia, pela aprovação do local onde deveria ser construído o presídio ou até mesmo um cadeia, os operadores do direito e o povo de Uberlândia, quase tiveram que implorar aos legisladores a aprovação da doação de uma área para a construção da penitenciária.

Se com um pouco de bom senso e se, se esquecessem momentaneamente as querelas entre direita e esquerda e a inconveniente fidelidade partidária, teriam os legisladores aprovado sem delongas, uma necessidade imperiosa, emergencial e importante para a cidade e região.

Estariam, assim, exercendo a mais pura manifestação da lei. Há alguns dias, deparei com outra situação ilustrativa nas páginas de um nosso jornal : Um vereador local esteve por dois meses nos Estados Unidos fazendo um curso de Administração Pública e ao retornar, marcou um

seminário com os demais legisladores para transmiti-lhes o que aprendeu em sua viagem. Desta forma, o Município estaria ganhando, uma vez que ele e os demais colegas estariam mais preparados, para legislar.

Fico a imaginar o quanto seria interessante, se os políticos eleitos, quer seja pela popularidade, pela eloquência ou pela capacidade administrativa, fizessem, tão logo eleitos, um curso de pelo menos seis meses para lapidar os resquícios de vaidade, e que aprendessem, além de administração pública, princípios de política, ética, cidadania e patriotismo. Também, que houvesse reciclagem anual em um dos recessos parlamentares.

No outro extremo, no governo central, assistimos, impotentes, o festival de Medidas Provisórias. Se no governo militar tínhamos os atos institucionais que caracterizavam a ditadura, na atual social democracia temos as Medidas Provisórias que

criadas a quase 13 anos, caracterizam o que tem sido chamado de nefasta ditadura fiscal.

Por falar em governo militar, não poderíamos deixar de fazer aqui, uma retrospectiva; Presidente Geisel, no final de seu mandato, em entrevista concedida no Japão, prometia promover a transição do governo militar para a democracia, mas tinha uma preocupação: Acreditava ele, que o Brasil poderia ser saqueado por maus políticos. Acertou na previsão, mas não quanto a sua duração e intensidade. O Brasil continua sendo saqueado até hoje. E, o que é pior, se antes os superfaturamentos eram de 10 a 20%, hoje, tem chegado aos 100%. Como exemplo, a venda de TDAS pelo senador Jader Barbalho que vieram da desapropriação da Fazenda Paraíso, que nunca existiu.

Só para lembrar: o Senador, como presidente do senado, é o ~~terceiro~~ ^{segundo} nome na sucessão presidencial.

Talvez por simples ironia, todas as falcatruas e improbidade administrativas que vêm ocorrendo desde o início do atual regime, foram consideradas heranças do regime militar.

Jean Paul Sartre, em seu livro "a imaginação", faz uma citação interessante: "..Não houvessem os judeus para serem incriminados por todos os conflitos mundiais, teria sido eleito uma outra nação".

Ultimamente, talvez por saturação deste legado de culpa aos militares, surgiu nova espécie de bode expiatório para dividir culpas: O judiciário, no papel do Juiz Nicolau S.Netto o qual se transformou no símbolo da corrupção, e sinônimo de corrupto. E tem tido a sustentação da mídia. Sabemos que: Se está preso, é por não ter carreira política, portanto, não possui imunidade parlamentar, um outro cancro introduzido na política nacional.

Na realidade, são três os fenômenos que se completam e foram responsáveis por colocar o Brasil no quadragésimo sexto lugar do ranking da corrupção em pesquisa de transparência mundial realizado recentemente.

São eles: imunidade parlamentar, sigilo bancário e paraísos fiscais.

Os paraísos fiscais e a imunidade parlamentar são fenômenos alienígenas e parece terem sido implantados com o intuito de aliciar países do terceiro mundo para um único propósito: A manutenção do colonialismo moderno.

Sigamos esse raciocínio: Governantes seduzidos e corrompidos, empréstimos vultuosos para obras faraônicas efetuadas através de matéria prima muito das vezes sucateadas, com o desvio de grande parte dessas verbas em dólares para os paraísos fiscais e com sigilo bancário garantido. Procedimento com reação em cadeia, contagiando estados e municípios.

Evidentemente, determinando um endividamento impagável, levando a privatização desordenada do patrimônio público através de leilões sub avaliados e, como consequência; a insolvência e a colonização passiva; Isso mesmo, uma colonização passiva, sob a égide da globalização e tendo como grande feitor, o FMI.

Mas está surgindo uma luz no final do túnel. Desde há mais ou menos cinco anos, aqueles bancos vem denunciando essas contas milionárias, não por empenho dos governantes , mas sim, por estarem rastreando a lavagem de dinheiro pelo narcotráfico. Portanto, começa a ser abalado o tripé do colonialismo.

Mas o judiciário tem o dever de interferir na mudança deste cenário. Temos união, temos representatividade e o mais enfático exemplo, vem da OAB nacional, através do seu Presidente Dr. Rubens Aprobato Machado, que em seu

pronunciamento por ocasião da posse do Ministro Marco Aurélio na Presidência do Supremo Tribunal Federal condenou as combatidas e usurpadoras medidas provisórias.

Ali estava a elite institucional, a partir do mandatário maior, o presidente da República. Ali estava o comando das decisões dos três poderes.

Segundo Dr. Aprobato, ele falou não só o que sentia, mas reproduziu o pensamento da maioria dos advogados e o sentimento da sociedade, cuja caixa de ressonância é a OAB, pela sua tradição histórica e institucional. Usou a tribuna adequada, no momento apropriado e na cerimonia mais legitima.

Os operadores do direito e a OAB tem sido ao longo de sua historia, o símbolo de defesa da sociedade. Em sua memória registra-se as lutas da independência, da Proclamação da Republica, contra a escravatura, contra o Estado Novo,

contra a ditadura militar e contra a desordem institucional.

O País está intranquilo, inseguro pelas crises políticas e sociais, pelo desemprego, pela ameaça dos apagões. Merece do Presidente da República respostas substantivas.

Fica registrada aqui, a moção de apoio da ABMCJ – Subcomissão do Triângulo Mineiro ao Presidente nacional da OAB, pelo discurso proferido.

Não entendemos o porque nossos governantes não cumprem as promessas de campanha.

São tão claras, tão óbvias e com apoio recebido nas urnas seriam tão simples implementá-las. Todos os candidatos ao governo, prometem aumentar o orçamento para educação. Todos os eleitores concordam. Todos sabemos que aumentando o número de salas de aula,

reduziríamos não só o analfabetismo, mas também a miséria, a fome, a criminalidade . Teríamos maior produção, mais empregos, melhores salários, maior consumo, maior exportação e mais divisas. Restituiríamos a auto- estima para nosso povo tão sofrido o que é muito importante.

O papel social da educação é tão nobre, que a ABMCJ escolheu como um de seus patronos a Reitora da Asoec-Associação Salgado de Oliveira de Educação e Cultura, a profa. Marlene Salgado de Oliveira, a qual, através de suas Universidades espalhadas pelo Brasil, tem dado respostas aos maiores anseios de nossos jovens: a profissionalização. Dentre outros o grupo ASOEC, está sendo participativa e dando uma contribuição exemplar para o ensino e cultura desse imenso e maravilhoso País.

Fica aqui registrado nossa admiração e nossos mais sinceros agradecimentos, na pessoa da Prof. Marlene Salgado Oliveira, à toda sua Diretoria, à

Reitoria do Unit, professores e funcionários da instituição.

Nosso querido patrono Dr. Marcelo Leonardo nosso DD. Presidente da Ordem dos Advogados de Minas Gerais, que mais uma vez, comparece com a enorme prestatividade e capacidade que lhe é peculiar, abrilhantar o nosso evento hoje, nos homenageando com o lançamento de seu livro: Crimes de Responsabilidade Fiscal. Obrigada Dr. Marcelo, por mais uma vez nos prestigiar com a sua honrosa presença.

No momento da despedida, por estar encerrando meus trabalhos como presidente da ABMCJ, fico igualmente feliz por passar o bastão para a Dr. Ivone Reis, que tenho certeza tem projetos para fazer uma ótima gestão e dará prosseguimento aos trabalhos objetivados pela ABMCJ com o mesmo empenho e esmero que tem demonstrado em sua atividade profissional.

Minha diretoria e eu desejamos boa sorte a você e a sua nova diretoria.

Finalizando, quero deixar aqui, um carinhoso abraço a todos os homenageados da noite e agradecer a demonstração de carinho e apoio de todos os presentes nesta noite. Muito obrigada.